

## BAHIA

# VIGILANTES VIPAC/FUNCEB/TCA: TROCA NO CONTRATO: SAI VIPAC, ENTRA BRASPE. A LUTA PELOS DIREITOS E CONTRA O CALOTE



A direção do Sindvigilantes/Bahia se reuniu nas primeiras horas desta quinta-feira (28) no Teatro Castro Alves com mais de 40 vigilantes Vipac do contrato FUNCEB – Fundação Cultural do Estado da Bahia. Na pauta a saída da Vipac do contrato Funceb no próximo dia 1º de junho, a luta contra o calote, pelos direitos e o emprego na Braspe, que assume o contrato.

No final da manhã outra reunião foi com

a direção da Funceb para levar os pleitos e anseios da categoria, principalmente direitos e emprego.

Tem pandemia, tem coronavirus, mas o Sindicato está ligado na defesa dos vigilantes.

Estamos com os vigilantes: COMBATENDO O COVID E LIGADOS NA LUTA!

FONTE: SINDVIGILANTES/BA

# Aposentadoria especial do vigilante aguarda julgamento pelo Superior Tribunal de Justiça - STJ



O Superior Tribunal de Justiça - STJ movimentou, no final de março, o recurso especial que trata do reconhecimento da aposentadoria especial para vigilantes, com ou sem o uso da arma de fogo, após a edição da Lei 9.032/1995 e do Decreto 2.172/1997.

Em outubro do ano passado, todos os processos que discutem o caráter especial da atividade de vigilantes para fins previdenciário foram suspensos pelo Superior Tribunal de Justiça, visando a análise do caso sob o rito dos recursos repetitivos e a unificação do entendimento no STJ.

A suspensão, que também inclui os processos que tramitam nos Juizados Especiais Federais (JEFs), vigorará até o julgamento dos repetitivos, com a definição por parte do STJ de tese que deverá orientar as demais instâncias.

Em fase decisiva, o Tema 1031 está com o ministro Napoleão Nunes Maia Filho, que demonstrou ser favorável a concessão desse direito ao vigilante. O Tema 1031 trata

da “Possibilidade de reconhecimento da especialidade da atividade de vigilante, exercida após a edição da Lei 9.032/1995 e do Decreto 2.172/1997, com ou sem o uso de arma de fogo”.

Segundo Napoleão Nunes, ministro relator, a aposentadoria especial – instituída pela Lei Orgânica da Previdência Social – tem previsão de contagem diferenciada de tempo de serviço, visando compensar os prejuízos causados à saúde e à integridade física do trabalhador submetido à atividade insalubre.

Após a decisão do colegiado de ministros, os processos a respeito do assunto serão destravados e seguirão com entendimento unificado, concedendo a aposentadoria especial ou não nesses casos.

Portanto, quem aguarda o desfecho de processo nesse sentido deve esperar até que o STJ retome o julgamento da matéria.

Fonte: CONJUR

# Câmara aprova projeto da MP 936, mas governo impede mudança na base de cálculo

**Governo se opôs à mudança na base de cálculo, afirmando que haveria impacto no orçamento. Sessão teve protestos pela democracia**



Orlando Silva alterou texto para tentar preservar renda de maior número de trabalhadores, mas governo conseguiu manter o texto original da MP

O plenário da Câmara aprovou na noite desta quinta-feira (28) o projeto de lei de conversão à Medida Provisória 936, sobre um programa emergencial que permite redução de jornada e salário durante o período de calamidade pública decretado por causa da pandemia. O governo conseguiu derrubar um item importante do novo texto, que mudava a base de cálculo do benefício pago pelo governo em caso da redução salarial e preservaria a renda de um número maior de trabalhadores. Assim, entre a renda do trabalho e a despesa pública, a maioria da Câmara optou pela segunda alternativa.

O relator, Orlando Silva (PCdoB-SP), fez alterações ao texto original, aumentando a abrangência e estendendo até o ano que vem a desoneração da folha de pagamento, que atinge 17 setores da economia (Lei 12.546, de 2011). O parecer conseguiu apoio também entre partidos de centro. A sessão foi marcada por protestos contra o governo e em defesa da democracia.

Para Orlando Silva, a Casa está conseguindo aprovar medidas para proteção do emprego e da renda dos trabalhadores, “o que será fundamental para a fase posterior, na retomada da atividade econômica”. m seu

parecer, o deputado propôs mudança na base de cálculo do chamado Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e Renda, o item mais polêmico do projeto, que exigiu votação nominal. Com 355 votos contra 155, o governo conseguiu aprovar destaque que retomou a proposta original.

Por essa proposta, o cálculo é feito sobre o valor mensal do seguro-desemprego a que o empregado teria direito. A alteração, segundo afirma a oposição, garantiria renda integral para aproximadamente 90% dos trabalhadores.

### **Inclusão de gestantes**

As regras valem para empregados com carteira assinada, contratos de aprendizagem e jornada parcial. Outra mudança do relator foi direcionada às gestantes: a trabalhadora receberá o salário original se o parto ocorrer durante o período de redução ou de suspensão do contato de trabalho.

“Quanto maior o salário do empregado, maior a perda de renda sofrida. Por isso, para maximizar a recomposição da renda, propomos que o benefício seja calculado com base na média dos salários dos 3 últimos meses anteriores à redução ou à suspensão”, disse Orlando Silva, fixando como piso o valor de um salário mínimo e como teto, três mínimos.

“Dessa forma, os empregados com média salarial de até 3 salários mínimos que preenchem os requisitos para a percepção do benefício poderão ter uma recomposição de renda plena, e os que ganham acima desse patamar, uma recomposição significativamente maior do que a prevista na Medida Provisória”, escreveu o relator. O líder do governo, Vitor Hugo (PSL-GO), se opôs à mudança na base de cálculo, afirmando que haveria impacto expressivo nos cofres públicos – segundo ele, um impacto de R\$ 22 bilhões.

Marcelo Ramos (PL-AM) ainda fez uma proposta intermediária, para um teto de dois mínimos. “Poderíamos ter avançado nesse acordo”, lamentou o líder da Minoria, José Guimarães (PT-CE), pouco antes da votação do destaque governista.

### **Ameaça galopante**

Muitos deputados aproveitaram o tempo disponível para protestar contra o governo. Para Rogério Correia (PT-MG), o projeto significa “um esforço da democracia, enquanto alguns

ameaçam a democracia”. Marcelo Freixo (Psol-RJ) identificou uma “ameaça galopante à democracia”, enquanto Alessandro Molon (PSB-RJ) afirmou que “a Constituição não será rasgada sob os nossos olhos”.

O líder do PDT, Wolney Queiroz (PE), disse que era o relatório possível, resultado de uma “construção democrática”. Segundo ele, o projeto “ajuda empresas, mantém empregos, garante renda”. E também lamentou o “tensionamento” provocado pelo governo. Citando o ex-governador Eduardo Campos, sugeriu que o presidente da República “deixe de ingresia”, um sinônimo de balbúrdia ou alarido. “Desça do palanque, abandone aquele cercadinho, sente na cadeira presidencial e comece a governar. (...) Vossa Excelência não pode se limitar a ser um mero receitador de cloroquina.”

Arnaldo Jardim (Cidadania-SP) também fez referência ao discurso do deputado Eduardo Bolsonaro (PSL-SP), filho do presidente da República, sobre um momento de “ruptura”. “Isso significa ir contra a harmonia entre os poderes, ir contra a Constituição.”

Efraim Filho (DEM-PB) destacou a prorrogação da desoneração da folha. “Não haverá crescimento sem preservar os empregos, que são mais importantes que qualquer arrecadação de caixa neste momento”, declarou. Mas Luis Miranda (DF), do mesmo partido, disse que a bancada apoiava o destaque do governo.

Outro ponto de questionamento ao projeto foi a manutenção da possibilidade de acordos individuais, sem participação sindical, com reduções de 25%, 50% ou 70%. Mas o relator observou que o Supremo Tribunal Federal (STF), acionado, já validou essa modalidade de acordo.

Houve momento para um breve instante de descontração. Quando o deputado Ênio Verri (PT-RS) falava, uma voz de criança o interrompeu – era seu neto, pedindo um pedaço de papel. O parlamentar pediu desculpas pela interrupção, mas o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), perguntou o nome do neto (João Miguel) e acenou para ele: “Quebra um pouco o ambiente pesado da política dos últimos dias”.

FONTE: RBA

# Bancos fecham agências e aumentam sofrimento dos brasileiros

**Cidades que ficam sem atendimento são prejudicadas economicamente**



Um levantamento do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), com base em dados do Banco Central, aponta que 42% dos municípios do país não possuem nenhuma agência bancária. Em 7% não existe qualquer tipo de atendimento bancário. Os dados mostram que, de janeiro a abril de 2020, foram fechadas 283 agências bancárias no país. Destas 194 foram fechadas após o início da pandemia no país.

“Os bancos alegam que o atendimento é realizado por meios eletrônicos e pela internet. As filas de pessoas que procuram atendimento presencial para receberem o auxílio emergencial de R\$ 600 nos mostra que as pessoas mais necessitadas e os idosos não são contemplados pelos meios eletrônicos e pela internet. Assim, ao fechar agências, os bancos deixam de cumprir sua obrigação social, que é

oferecer serviços bancários para todos” alerta a presidenta da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT), Juvandia Moreira.

“E não me venha dizer que o atendimento destas pessoas é obrigação da Caixa. O serviço bancário é uma concessão pública regulada por lei. Todo o sistema financeiro tem a obrigação de garantir o atendimento para todo cidadão brasileiro. Mas, os bancos privados concentram sua atuação apenas na região Sudeste, especialmente no estado de São Paulo e, ainda assim, nos bairros mais centrais, onde está a população de maior poder aquisitivo”, critica a presidenta da Contraf-CUT.

A série histórica mostra que, de dezembro de 2012 a abril de 2020, os cinco maiores bancos do país fecharam mais de 3.000 agências bancárias e que, naquela época, os bancos atendiam em 66% dos municípios. Atualmente, atendem apenas 58%.



## **Situação crítica**

O levantamento do Dieese ainda mostra que, em alguns estados, a situação é extremamente crítica, como em Roraima, onde dos 15 municípios, apenas quatro contam com agências bancárias. Em três deles existem apenas agências de bancos públicos. Bancos privados, apenas na capital. “As pessoas precisam se deslocar por longas distâncias, indo para outras cidades para poder contar com os serviços de um banco. Em grande parte das vezes, quando encontram, precisam enfrentar longas filas, porque os bancos, além de reduzir as agências, também estão reduzindo o quadro de funcionários”, disse a economista Vivian Machado, do Dieese, uma das responsáveis pelo levantamento das informações.

A Caixa Econômica Federal, por exemplo, chegou a ter 101.484 empregados em 2014. Nos resultados do balanço do 1º trimestre de 2020, o banco informou que possui 84.113 trabalhadores em seu quadro de pessoal. Em número de agências, o banco público chegou a ter 3.414 agências em março de 2017 e, hoje, conta com 3.372 unidades, uma redução de quase 10%.

“Além disso, a sobrecarga de trabalho e a cobrança crescente de metas de produtividade adoecem os bancários, que algumas vezes se afastam para tratar a saúde, isso cria um ciclo vicioso que exauri os trabalhadores”, afirmou o coordenador da Comissão Executiva dos Empregados (CEE) da Caixa, Dionísio Reis, lembrando que as poucas contratações que foram feitas ocorreram graças à atuação da Contraf-CUT, que conseguiu manter válido o concurso realizado em 2014, mas que elas são insuficientes para suprir a necessidade de pessoal.

Para a presidenta da Contraf-CUT, além

de prejudicar a população, o fechamento de agências prejudica também a economia das cidades que ficam sem unidades bancárias. “As pessoas vão até outras cidades para sacar o dinheiro e, em geral, realizam suas compras por lá mesmo, para não terem que circular com os recursos. O comércio dos municípios sem atendimento bancário fica à mingua”, explicou.

## **Concentração regional**

A economista do Dieese afirma ainda que os bancos privados concentram sua atuação na região Sudeste, em especial no estado de São Paulo. “Isso é constatado não apenas no número de agências, mas também na concessão de crédito. Os bancos privados concedem mais crédito na região Sudeste, enquanto, nas outras quatro, a maior parte do crédito é dos bancos públicos, chegando próximo aos 90% no Norte, Centro-Oeste e Nordeste e a 80% no Sul”, informou a economista do Dieese.

Dados do Banco Central apontam que 90,1% do crédito concedido na Região Norte tem origem nos bancos públicos; no Centro-Oeste, 87,1% provém de bancos públicos; no Nordeste, 89,1% e no Sul, 78,5%. Na Região Sudeste, que concentra mais de 70% da carteira de crédito no país, 72,8% provém dos bancos privados.

O estado de São Paulo, sozinho, concentra quase 58% do total do crédito do país. E, por se tratar do estado mais rico do país, 82% do crédito vêm dos bancos privados.

“Por isso é tão importante defendermos os bancos públicos. São eles que atendem as necessidades da sociedade. Os bancos privados se preocupam com o lucro, com a rentabilidade que terão com o negócio”, concluiu a presidenta da Contraf-CUT.

Fonte: CONTRAF

# Secretário de Fazenda admite prorrogação de auxílio, mas no valor de R\$ 200



Presidente da comissão, o senador Confúcio Moura (D) ouve o secretário Waldery Rodrigues Júnior em reunião remota

O secretário especial de Fazenda, Waldery Rodrigues Júnior, admitiu nesta quinta-feira (28) a possibilidade de prorrogação do auxílio emergencial, pago a trabalhadores informais e pessoas de baixa renda por causa da pandemia do novo coronavírus. Segundo o secretário, no entanto, o programa é “muito caro” e pode sofrer redução no valor. A fala do representante do Ministério da Economia foi uma resposta a questionamentos de senadores e internautas durante audiência virtual da comissão mista destinada a acompanhar a atuação do governo durante a pandemia do novo coronavírus.

— O auxílio emergencial será prolongado? Muito provavelmente sim, mas com outro perfil, com outro formato. É um programa valiosíssimo, de alta efetividade, mas também é um programa caro — custa, em média, nesses três meses, algo como R\$ 51,5 bilhões, que, portanto, é um

valor muito alto. Não cabe uma extensão muito prolongada nas nossas contas. Veremos uma maior efetividade e usaremos certamente o Bolsa Família, como o ministro [da Economia] Paulo Guedes já mencionou, como referência — disse o secretário.

O benefício já é pago em três parcelas para trabalhadores que tiveram seus ganhos prejudicados pela pandemia do novo coronavírus. Autora do PL 2.825/2020, que determina a prorrogação por mais três meses do pagamento do auxílio emergencial de R\$ 600, a senadora Eliziane Gama (Cidadania-MA) questionou se o governo propõe a redução do benefício para R\$ 200, conforme algumas informações noticiadas pela imprensa, o que não foi descartado pelo secretário da Fazenda. O valor, assim, ficaria próximo ao teto que é pago por família no Bolsa Família: R\$ 205.

— Uma prorrogação, por exemplo, de R\$ 200 vai implicar um custo, por mês, de aproximadamente R\$ 17 bilhões. Portanto, nós estamos com atenção e queremos, com a cada movimento, dar prioridade às camadas mais vulneráveis, aos segmentos mais vulneráveis da população — apontou.

### **Pequenas empresas**

Outra preocupação manifestada por parlamentares durante a reunião é a ajuda às pequenas e microempresas e aos agricultores que têm enfrentado dificuldades para acessar linhas de crédito. A linha com pior desempenho é o Programa Emergencial de Suporte a Empregos (Pese), que reserva R\$ 40 bilhões para pagamento da folha de salários de pequenas e médias empresas. Até o último relatório recebido pela comissão, o total executado foi de R\$ 1,8 bilhão, ou seja, menos de 4%. O relator, deputado Francisco Júnior (PSD-GO), o senador Carlos Heinze (PP-RS) e o senador Esperidião Amin (PP-SC) foram alguns dos que cobraram medidas para facilitar o acesso ao dinheiro.

— Ele só começa a emprestar acima de R\$ 360 mil, e isso dá para corrigir; reduz, de zero a 360. Eu tenho uma emenda nesse sentido, mas é muito demorado. Quer dizer, a medida provisória está em vigor, e isso é fácil para vocês alterarem lá, reduzam para zero. O restante fica funcionando, alarga, porque menos de 4% para financiar o pagamento do salário, como é, e é um belo projeto, está na cara que não vai acontecer nada. Então, o ministério pode corrigir isso — avaliou Amin.

Em resposta, o secretário especial de Fazenda afirmou que o governo está enfrentando esses entraves e disse esperar que mais empresas consigam acessar o programa.

Para não faltar liquidez financeira, estamos analisando o Pese: de fato, teve uma efetividade abaixo do que desejaríamos. Entendemos que na próxima parcela vai ter uma efetividade muito maior. O Banco Central tem esse controle no detalhe, e estamos atentos para esse ponto

— afirmou.

A queixa é recorrente entre senadores e deputados que afirmam que o Congresso Nacional faz a sua parte aprovando leis de ajuda a diversos setores da economia, mas o governo estaria demorando a destravar o caminho do dinheiro até a ponta. Um exemplo citado foi Programa Nacional de Apoio à Microempresa e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe). Aprovada pelo Senado em abril, a lei que criou o programa só foi sancionada no dia 18 de maio e a medida provisória que autorizou o crédito só saiu nesta quarta-feira (27).

— Os economistas dizem que a demora do governo em disponibilizar esses recursos para pagamento de folha de pessoal está fazendo com que a grande maioria entre em falência e demita seus trabalhadores. Entendeu? Então, a parte do Congresso está sendo feita — apontou a senadora Zenaide Maia (PROS-RN).

Waldery Rodrigues frisou que o Ministério da Economia está atento a soluções para melhorar a liquidez do Orçamento e disse estar aberto a sugestões de aprimoramento dos parlamentares.

— A liquidez tem que ser posta na economia, mas tem que irrigar, chegar à ponta. É um monitoramento feito pelo Ministério da Economia em conjunto com o Banco Central, e há soluções trazidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). Sempre que necessário, queremos ouvir os parlamentares sobre as propostas. Isso pode resultar em ações também a serem tomadas dentro do âmbito do Conselho Monetário Nacional — disse.

A comissão mista é presidida pelo senador Confúcio Moura (MDB-RO), que apresentou aos secretários as perguntas feitas pelos internautas por meio do Portal e-Cidadania.

Agência Senado (Reprodução autorizada mediante citação da Agência Senado)

**Fonte: Agência Senado**

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Gilmário Araújo dos Santos

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Aníbal Bispo

[www.cntv.org.br](http://www.cntv.org.br)

[cntv@terra.com.br](mailto:cntv@terra.com.br)

(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior,

Térreo, lojas 09-11

73300-000 Brasília-DF